

Secretaria será interpelada sobre prisão ilegal

Secretário nacional de Direitos Humanos decide interpelar o estado sobre tortura de cabeleireiro em delegacia

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. O secretário nacional de Direitos Humanos, Gilberto Vergne Sabóia, vai interpelar a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a Ouvidoria de Polícia sobre a prisão do cabeleireiro Marcos Puga, torturado por detentos rebeldes na capital na segunda-feira. Para Sabóia, a polícia paulista pode ter cometido pelo menos quatro ilegalidades na prisão do cabeleireiro: discriminação, invasão de domicílio, abuso de poder e prisão arbitrária. Puga disse ontem que pedirá reparação ao estado por danos físicos e morais. Na opinião de Sabóia, em tese ele tem direito à indenização:

— Fiquei sensibilizado pelo sofrimento a que essa pessoa foi submetida.

Mão e irmão foram expulsos de casa pela polícia

Puga teve sua casa invadida por policiais militares no domingo. Eles não tinham mandado judicial e o prenderam por porte de três cigarros de maconha, que teriam sido encontrados sobre um guarda-roupas. A mãe de Puga, Conceição, de 96 anos, e o irmão Celino, de 65, foram postos para fora de casa no momento da invasão. A casa foi toda revirada pelos policiais, que também teriam atirado objetos domésticos na calçada e espancado o cabeleireiro.

— Só faltaram me arrancar da cama e me jogar fora — contou a mãe de Puga.

— Eles encostaram uma 12 (espingarda calibre 12) na minha cabeça e foram me dando tapas. No carro, jogaram gás nos meus olhos e continuaram

dando tapas — afirmou o cabeleireiro.

No 16^a Distrito Policial, a polícia se negou a soltá-lo sob pagamento de fiança (porte de drogas é crime afiançável) e também não lhe permitiu telefonar para um advogado. Na prisão, acabou torturado por presos que tentavam uma fuga na madrugada da segunda-feira. Ele perdeu cinco dentes, um pedaço da orelha esquerda, levou quatro facadas, teve o nariz quebrado e partes do corpo queimadas.

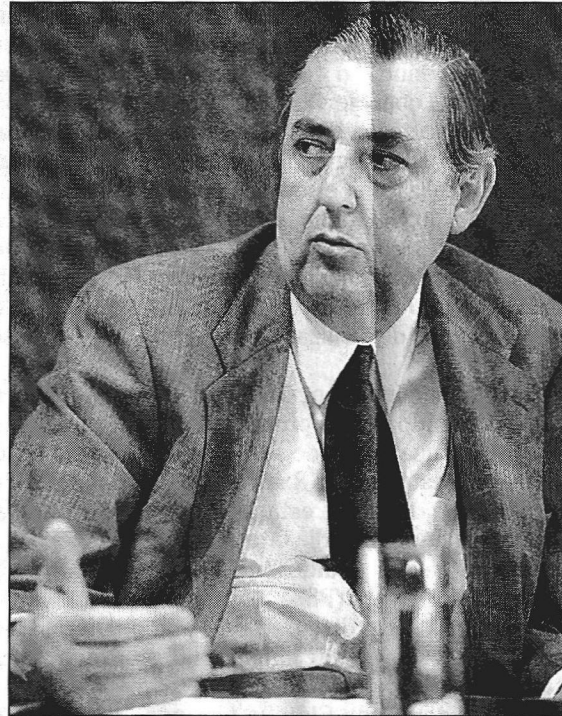
Segundo as advogadas de Puga, Roseli Pastore e Lúcia Ishirugui do Nascimento, ele terá que ser submetido a cirurgia plástica e o custo será cobrado do estado. Elas ainda não calcularam o valor da ação.

— Invasões de residências só podem ocorrer sob ordem judicial, a menos que haja risco de vida. Também é absurdo prender e deixar a pessoa incommunicável — disse Sabóia.

Para o secretário nacional de Direitos Humanos, o fato de o cabeleireiro ser gay, mulato e pobre, além de usuário de drogas, mostra a discriminação policial. Por isso, disse, o caso deve ser investigado pelo Ministério Público.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Nelson Pellegrino (PT-BA), também pedirá explicações. A assessoria de imprensa da Secretaria da Segurança Pública informou que o caso foi encaminhado para a Corregedoria de Polícia. O delegado Darci Sassi, do 16^o DP, disse que o cabeleireiro não teve o direito a pagamento de fiança porque em sua ficha policial consta que ele cometeu um crime em 78. ■

Agência Estado



GILBERTO SABÓIA: "O sofrimento dele me sensibilizou"

Diário Popular



MARCOS PUGA disse que pretende processar o Estado por danos físicos e morais